

PROPRIEDADE INDUSTRIAL: A PROTEÇÃO JURÍDICA AO USUÁRIO ANTERIOR DE BOA-FÉ DIANTE DA PRIORIDADE DE USO E SUA RELAÇÃO COM O REGISTRO LEGÍTIMO E A PRIORIDADE UNIONISTA.

PROPRIETÀ INDUSTRIALE: LA TUTELA GIURIDICA PRECEDENTE UTENTE DI BUONA FEDE DAVANTI AL PRIORITÀ DI UTILIZZO E IL SUO RAPPORTO CON LO REGISTRAZIONE LEGITTIMA E LA PRIORITARIE UNIONE.

**Bruno Gustavo Neiva Batista
SARAH DE CASTRO VASCONCELOS**

RESUMO

Existem vários critérios para se registrar uma marca, motivos para mantê-la e razões para prorrogá-la, principalmente ao se considerar que as marcas são bens que agregam valor às mercadorias. Nota-se que a marca assume maior importância no mercado, chegando a valer até mais que o patrimônio material de determinadas empresas.

Assim, necessário se faz caracterizar os meios de prioridade e estabelecer suas disparidades. Além de classificar e analisar no ordenamento brasileiro o uso anterior de boa-fé, a prioridade de uso e de registro e a prioridade unionista, sob o enfoque do Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS-CHAVES: Propriedade Industrial - Importância do Registro – Proteção Marcária – Anterioridade de Uso – Vigência – Prioridade.

RIASSUNTO

Ci sono diversi criteri di registrazione di un marchio di tenere, motivi per mantenerlo e ragioni per prorogarlo, soprattutto se si considera che i marchi sono attività che aggiungono valore alle merci. Si noti che la marca assume maggiore importanza nel mercato, arrivando a far valere ancora di più che i beni materiali di alcune imprese.

Pertanto, è necessario caratterizzare il modo di priorità e stabilire la loro disparità. Oltre a classificare e analizzare il sistema giuridico brasiliano l'utilizzo preliminare in buona fede, la priorità di uso e di registrazione e la prioritarie unione. dal punto di vista dello stato di diritto democratico.

PAROLE CHIAVE: Proprietà Industriale - Importanza del Record - Tutela del Marchio - Precedente d'uso – Vigência – Priorità.

SUMÁRIO: 01 – INTRODUÇÃO; 02 – A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À PROPRIEDADE INDUSTRIAL COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ECONÔMICO NACIONAL; 03 – A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DE UMA MARCA EM UM ÓRGÃO COMPETENTE; 3.1 – VISÃO GERAL DOS TIPOS DE MARCAS; 3.2 – USUÁRIO DE BOA-FÉ, ANTERIORIDADE DE USO E HIPÓTESES CABÍVEIS DE ALEGAÇÃO; 04 – TEMPO DE VIGÊNCIA DA MARCA; 4.1 – DO USO DA MARCA REGISTRADA A FIM DE EVITAR UM PROCESSO ADMINISTRATIVO DE NULIDADE (PAN); 05 – DO DIREITO DE PRIORIDADE; 06 – CONSIDERAÇÕES FINAIS; 07 – BIBLIOGRAFIA

01 – INTRODUÇÃO

Em tempos de refluxo econômico em consequência da crise financeira mundial com a decadência das grandes marcas e a ascensão de marcas populares, compreender seu regime jurídico na contemporaneidade exige o entendimento de seu regime de propriedade e a importância do registro, assim como o seu tempo de vigência e o direito acerca das prioridades.

No presente trabalho indaga-se sobre as possibilidades de proteção marcária e o uso anterior de boa-fé, sendo estes passíveis de registro ou não no ordenamento jurídico brasileiro. Isso fica ainda mais patente diante das hipóteses cabíveis de alegação de anterioridade de uso da marca e quando isso poderá ser utilizado favoravelmente ao interessado.

Dessa forma, torna-se necessária uma análise da necessidade de observância do tempo de vigência de uma marca, visto que após determinado prazo perde-se os direitos de propriedade sobre esta, desafiando assim a necessidade de sua prorrogação.

Com efeito, ressalta-se a necessidade de se manter o uso de uma marca registrada com a finalidade de prevenir um processo caducidade, uma vez que este pode ser proposto por qualquer interessado, cabendo ao titular comprovar que a marca em questão está sendo utilizada adequadamente e que esta utilização é exercida sem modificações que alterem seu registro original.

De fato existem vários critérios para se registrar uma marca, motivos para mantê-la e razões para prorrogá-la, principalmente ao se considerar que as marcas são bens que agregam valor às mercadorias. Nota-se que a marca assume maior importância no mercado, chegando a valer até mais que o patrimônio material de determinadas empresas.

Assim, necessário se faz caracterizar os meios de prioridade e estabelecer suas disparidades. Além de classificar e analisar no ordenamento brasileiro o uso anterior de boa-fé, a prioridade de uso e de registro e a prioridade unionista, sob o enfoque do Estado Democrático de Direito.

02 – A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À PROPRIEDADE INDUSTRIAL COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ECONÔMICO NACIONAL

A economia de mercado exige, desde sua primeira versão no liberalismo clássico, que os criadores e pesquisadores que se aplicaram na busca de melhores formas de vida em sociedade, sejam protegidos e possam usufruir dos benefícios corpóreos e incorpóreos que resultam deste trabalho.

Outrossim, com a finalidade de evitar eventuais abusos cometidos no *mercado de consumo*,

segundo Milton Lucídio Leão Barcelos, a Constituição da República de 1988 esboçou uma preocupação com a necessidade jurídica de atender ao fim social que demanda o direito marcário, [...] *de modo que a tutela do consumidor no mercado de consumo passa a exigir também um direito de propriedade sobre as marcas* [...] [1]. Isso não significa que não havia outrora preocupação com tais abusos praticados pelos titulares de direitos marcários [2], no entanto, a repressão a eles visava somente solucionar conflitos entre concorrentes e não a atingir o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico como se busca na atualidade.

Por isso a Constituição da República de 1988, em seu artigo 5º, inciso XXIX, assegura a proteção à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e outros signos distintivos da propriedade industrial [3], e em sua Ordem Econômica estabelece no art. 170, incisos III, IV e V, a previsão da valorização do trabalho humano e a livre iniciativa, respaldada em princípios como a função social da propriedade, a livre concorrência e a defesa do consumidor, uma vez que o próprio legislador infraconstitucional, ao regular a matéria na Lei de Propriedade Industrial (Lei Federal nº 9.279/96) buscou não somente a solução de litígios, mas principalmente, a proteção preventiva ao público consumidor.

Com efeito, ao se registrar uma marca não se adquire apenas direitos, mas também responsabilidade. É por meio do registro que se passa a ter direitos de propriedade sobre a marca, de modo que seu titular poderá usar, gozar, fruir e reivindicar direitos contra quem quer que esteja utilizando esse direito real incorpóreo de modo indevido ou sem a devida autorização. A proteção se estende à possibilidade de seu titular ceder, licenciar o uso e por fim, zelar pela integridade material ou reputação da marca [4].

Por sua vez, os deveres que contrai estão relacionados com a obrigação do uso contínuo e permanente da marca como *conditio sine quanon* para a manutenção da vigência do registro. Isso é extensível diante de eventual necessidade de prorrogação deste registro e, por fim, na manutenção de procurador devidamente qualificado no País nos casos em que o titular seja domiciliado no exterior, sob pena de extinção do registro. [5]

De acordo com Luiz Gonzaga Silva Adolfo e Rodrigo Moraes, [...] *a lei brasileira não traz definição sobre conceito de marca, disciplinando apenas aquilo que não pode ser registrado como marca no seu artigo 124* [...] [6], da Lei de Propriedade Industrial. Desse modo, *a contrario sensu*, a interpretação adequada ao dispositivo é no sentido de que, num regime de livre mercado e em se tratando de direito privado na busca do interesse social, tudo aquilo que a Lei não proibir será permitido para o requerimento do registro como marca.

03 – A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DE UMA MARCA EM UM ÓRGÃO COMPETENTE

Com o surgimento da nova ordem econômica, período pós Revolução Francesa e Industrial, as marcas passaram a ser consideradas como matéria de incontestável relevância no desenvolvimento social e

tecnológico das nações.^[7]

O Sistema Atributivo de Direito é o adotado no âmbito de registros no Brasil, ou seja, somente através do registro é que se adquire sua propriedade e garante seu uso exclusivo. Esse registro ocorre quando a primeira pessoa protocola a solicitação do pedido de registro de uma marca perante um órgão público responsável. A partir de então sobrevirá a constituição de uma propriedade com a concessão do registro dessa marca, que garantirá direitos de proprietário sobre a mesma. De acordo com este Sistema ninguém tem direito ao uso da marca senão o proprietário, mesmo que houvesse uso anterior de terceiros, pois o direito de uso só se adquire com o registro junto ao órgão competente.

Dito isso, torna-se claro o entendimento de que a proteção e a propriedade no Sistema Atributivo só se dão com o registro da marca, em contrapartida ao Sistema Declarativo onde a propriedade se dá pelo pré-uso e ocupação da marca, no entanto este Sistema não é usual no Brasil.

Na opinião de José Carlos Tinoco Soares^[8] o Sistema adotado no país não seria nem Atributivo, exclusivo, nem Declarativo, mas sim misto. Os autores que defendem esta posição acreditam que a Lei de Propriedade Industrial tem defendido este posicionamento desde 1945, com a exceção da Lei de 1971, e que agora este seria o sistema que vigoraria novamente com a Lei de 1996.

3.1 – Visão Geral dos Tipos de Marcas

De acordo com Tinoco Soares^[9] há várias espécies de marcas. Marca de fábrica; marca de comércio; marca de fábrica e comércio; marca de indústria e comércio; Marca de Serviço; Marca Coletiva; Marca de Certificação; Marca Tridimensional; Marca Notoriamente Conhecida e Marca de Alto Renome.

Marca de Serviço é aquela a ser “usada por profissional autônomo, entidade ou empresa para distinguir os seus serviços ou atividades”.^[10] Já a Marca Coletiva é “aquela usada para identificar serviços ou produtos provindos de membros de uma determinada entidade”.^[11] A Marca de Certificação é “um sinal aplicado aos produtos e aos serviços cujas características ou qualidades tenham sido certificadas pelo titular”.^[12] A Marca Tridimensional configura a “apresentação de desenhos da figura em vista frontal, lateral, superior, inferior e em perspectiva, se for o caso”.^[13] Para a marca se configurar Notoriamente Conhecida devem ser analisados os seguintes critérios, não precisa ser objeto de registro no Brasil, nem ser usada no país, no sentido do art. 94 da Lei 5.772/71, e o conhecimento da marca será verificado no segmento mercadológico do país, sem se importar com a fama no mercado internacional.^[14] A Marca de Alto Renome tem seu conceito muito próximo do conceito da marca notoriamente conhecida, no entanto “(...) a proteção da marca que tenha uma reputação não deverá depender de registro nesse território (...)”^[15], ou seja, a marca que for assim considerada terá sua proteção assegurada de natureza especial em todos os ramos de atividade.

Há ainda as marcas nominativas, compostas de apenas o nome da marca. As marcas mistas, que são

a soma do nome da marca mais uma logomarca (ou simplesmente as letras que compõem o nome podem apresentar um grafismo especial, ainda assim será classificada como mista), e por fim a marca figurativa, que é caracterizada por apenas a logomarca, que é o desenho que representa a marca.

3.2 – Usuário de Boa-fé, Anterioridade de uso e Hipóteses Cabíveis de Alegação

Ao contrário do que ocorre no Brasil, em algumas jurisdições, o uso “é pressuposto ou requisito da aquisição do direito exclusivo à marca”^[16], todavia, há outras consequências advindas do uso e que são aplicadas no Brasil, tais como a proteção da marca não registrada pela concorrência desleal; o direito de precedência e o uso da marca por representante do titular.

Seguindo o artigo 129, § 1º da Lei de Propriedade Industrial, qualquer pessoa que de boa-fé e na data da prioridade ou depósito, estava em uso no país, no período de pelo menos 6 (seis) meses, de marca idêntica ou semelhante com produtos ou serviços idênticos ou afins, gozará do direito de precedência ao registro^[17].

De acordo com Daniele Maia Teixeira Coelho^[18], em seu artigo publicado na Revista da ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual de Maio/Junho de 2007, edição 88

a 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul externou seu entendimento acerca do instituto do usuário anterior de boa-fé e confirmou, por unanimidade, a condenação da empresa “Femini Confeccões em Couro Ltda.” pelo uso de nome semelhante à marca de sua concorrente “Femene Indústria e Comércio de Confeccões Ltda.”.

Neste caso, a autora da ação obteve o registro na marca no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial em 19 de março de 1996. Fato é que a empresa ré era usuária da marca desde 1988 e ainda assim o Colegiado decidiu por proferir o uso exclusivo de propriedade a empresa que efetuou o registro, ou seja, a empresa autora.

De acordo com o primeiro Código de Propriedade Industrial brasileiro, o Decreto-Lei nº 7.903/45 o usuário anterior teria a possibilidade de obter êxito no registro requerendo-o por meio de uma petição de oposição, a ser interposta dentro do prazo previsto em Lei solicitando para si o direito do mesmo.

Posteriormente, com a Lei 5.772/71 estabeleceu-se que o uso anterior não traria consigo qualquer direito, ainda que configurada a concorrência desleal.

Atualmente, com a Lei 9.279/96 tem-se um sistema atributivo de direito, o que significa que se retomou o que estabelecia o Decreto-Lei de 1945 no que tange à permissão do usuário anterior de boa-fé a

reivindicar a marca, conforme o artigo 129, § 1º da referida Lei.

Como a Lei atual não cita o momento em que se deve demonstrar o seu direito, deve-se buscar o prazo na doutrina. Daniele Coelho^[19] cita Paulo Roberto Costa Figueiredo que trás a idéia de que a marca deverá ser depositada em nome próprio e após a formulação da oposição, na qual apenas demonstrará que usa o signo distintivo a mais de seis meses conforme estipulado na Lei. Daniele Coelho ainda trás a idéia de Luis Edgard Montauray Pimenta, onde este acredita que está implícito na Lei que o registro deve ser requerido antes da impugnação sob pena de nem ser conhecida a impugnação.

A prova desse uso anterior deve ser feita de modo a evidenciar o uso anterior em escala comercial, pois de outra forma, qualquer um, ainda que de boa-fé, tenha usado a marca, mas não tenha a intenção de usá-la em escala comercial, interferirá no pedido.

Devido ao fato da omissão existente na Lei, há discordâncias doutrinárias acerca do momento adequado para se apresentar o depósito da marca, se antes ou depois da apresentação da oposição, no entanto, parece-nos conveniente a apresentação na oposição e as provas de uso anterior no momento do protocolo da oposição na forma suplementar e em no máximo sessenta dias conforme estipulado em Lei. Nas palavras da Daniele Coelho^[20],

no que tange ao depósito da marca usada há mais tempo, fundamento da oposição, entendemos que a interpretação mais razoável da legislação seja a de que ele deva ser providenciado concomitantemente ou em até 60 (sessenta) dias do protocolo da oposição.

Cabe agora é analisar a possibilidade de se argüir o direito de precedência em alegação de nulidade, mas isso fica para outra oportunidade, já que percebemos que no âmbito de usuário de boa-fé é possível a alegação do direito.

04 – TEMPO DE VIGÊNCIA DA MARCA

De acordo com a Lei de Propriedade Industrial 9.279/96 e com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI^[21], o registro de uma marca vigorará por dez anos que começam a contar da data de concessão do registro. Ao contrário do que ocorre com as Patentes de Invenção ou os Modelos de Utilidade, a vigência da proteção marcária poderá ser prorrogada por períodos iguais e sucessivos.

Tal prorrogação deverá ser formulada no último ano de vigência do registro, acompanhado de comprovante de pagamento da respectiva taxa federal de retribuição, que deverá ser protocolada no INPI via papel ou eletrônico. Note que para cada um dos meios de protocolo haverá uma retribuição diferente, sendo o protocolo eletrônico o que possui a de menor valor, a fim de incentivar tal meio de peticionamento. Desta

forma garante-se maior celeridade no processo.

Há algumas formas de perda do direito ao registro da marca. Uma delas é pela nulidade administrativa, que pode ser de ofício ou requerida por terceiros até 180 (cento e oitenta dias) dias contados da concessão, se esta se deu em desacordo com a Lei, outra é pela expiração do prazo de vigência nos casos em que não houve a prorrogação. Outra forma é a renúncia total ou parcial da marca, que pode ser por abandono voluntário do titular ou seu representante legal. Tem ainda a caducidade, que se caracteriza pela falta de uso da marca e, por fim, a inobservância do artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial, caracterizado pela não manutenção de procurador de titular não domiciliado no Brasil^[22].

Haverá, ainda, a perda dos registros não transferidos nos casos onde ocorrer a cessão de outros registros de marcas iguais ou semelhantes acerca de produtos ou serviços idênticos, semelhantes ou afins^[23].

4.1 – Do Uso da Marca Registrada a fim de Evitar a Caducidade do registro.

Qualquer pessoa com legítimo interesse pode requerer a caducidade de um registro, desde que decorridos cinco anos da sua concessão, quando o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil; se interrompido por um período superior a cinco anos consecutivos; ou ainda, se a marca tiver sido usada com alterações que resultem na mudança do caráter distintivo original e registrado da marca, bem como consta no seu certificado^[24].

Para evitar a caducidade do registro e garantir os direitos de propriedade sobre a marca, basta que se faça o uso correto exigido nos deveres de proprietário da mesma, estabelecidos na Lei de Propriedade Industrial.

05 – DO DIREITO DE PRIORIDADE

Historicamente os tratados têm previsto que o registro ou até mesmo o uso de uma marca, em jurisdição de outro país, pode impedir a novidade relativa, uma vez que afetam a disponibilidade do signo distintivo no Brasil^[25].

A Lei de Propriedade Industrial aborda em seu artigo 127 que

“ao pedido de registro de marca depositado em país que mantenha acordo com o Brasil ou em organização internacional, que produza efeito de depósito nacional, será assegurado direito de prioridade, nos prazos estabelecidos no acordo, não sendo o

mas isso por si só não garante a prioridade no pedido de registro.

O direito de prioridade é assegurado no ordenamento jurídico brasileiro no âmbito do registro das marcas. Dispõe sobre a possibilidade de prioridade ao pedido de registro depositado no Brasil, em países que mantenham acordos com o país ou que possuam reciprocidade de normas^[27].

Tal prioridade deve ser requerida no ato do depósito do pedido de registro da marca. Assim, deve a reivindicação ser “instruída por documento legítimo quanto à origem, com data e reprodução do pedido ou do registro, com traduções cujo teor é da responsabilidade exclusiva do depositante.”^[28] Trata-se da Reivindicação de Prioridade Unionista, que é um expediente previsto na Convenção da União de Paris (CUP), sendo também tratada na Lei de Propriedade Industrial, em seu artigo 127.

É estabelecido um prazo de 6 (seis) meses pela CUP onde, por exemplo, um depósito de pedido de registro de marca, efetuado na Argentina em 01/01/2009, deverá ser depositado no Brasil, aproveitando a prioridade, até a data de 30/06/2009, ou seja, 6 (seis) meses posteriores. Neste caso, estará facultado ao usuário a reivindicação de prioridade unionista, onde por meio deste, o pedido depositado no Brasil será considerado, para efeitos de prioridade, com a data retroagida do primeiro depósito, ou seja, aquele efetuado na Argentina na data de 01/01/2009. Entretanto, caso se perca o prazo e ultrapasse os 6 (seis) meses exigidos em Lei, se perderá o direito à prioridade valendo, assim, a data do protocolo nacional.

De acordo com Denis Barbosa as exigências de legitimidade ativa *ad acquirendum* “(...) não são superadas pela prioridade (...)”^[29], ou seja, deve haver a prova de satisfação por parte do requerente, nos requisitos da Lei, onde atestam a compatibilidade no exercício das atividades no país de origem.

Uma forma de se requerer a prioridade unionista é por meio das petições eletrônicas enviadas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial^[30]. Nessas petições de pedido de registro deve ser declarada a data em que a marca foi depositada no exterior. Assim sendo, essa data prevalecerá também aqui no Brasil.

O direito de prioridade serve para beneficiar aqueles que primeiro efetuam um depósito regular de marca em um país que mantenha acordo e reciprocidade com o Brasil. Há, assim, três critérios a serem seguidos para que se tenha o direito a essa reivindicação. Um primeiro depósito; a regularidade do depósito e o depósito em um país que mantenha acordo com o Brasil.

De outro modo, “(...) não pode ser invalidado ou indeferido o pedido de registro que reivindique prioridade, se surgir nome comercial de terceiros posterior à data da prioridade reivindicada (...)”^[31], contudo, pode o Brasil se recusar à prioridade de um pedido de registro depositado frente aos demais dispositivos legais no que tange a proibições absolutas ao registro, assim como a

“reprodução de cunho oficial, brasão, armas, medalha, bandeiras, emblema, distintivo e monumentos oficiais, públicos, nacionais ou estrangeiros ou internacionais, falsa indicação de origem, sinais contrários à moral e os bons costumes, dentre outros.”

Quanto à prioridade de uso, de acordo com Carla Eugênia Barros^[33] fica garantido a qualquer, que de boa-fé e por período mínimo de seis meses esteja utilizando a marca, o direito de precedência ao registro, ainda que se tratando de marca idêntica ou semelhante, para distinguir produtos ou serviços idênticos, correlatos ou afins. No entanto, tal direito “só poderá ser cedido juntamente com o negócio da empresa, ou parte deste, que tenha direta relação com o uso da marca, por alienação ou arrendamento.”^[34]

O direito de Prioridade é vagamente citado na Lei de Propriedade Industrial e mais abordado pela doutrina e jurisprudência, ainda que pouco. Por isso tem-se tamanha dificuldade de se tratar o tema.

06 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi dito, cabe ressaltar que existe uma grande necessidade de se manter o uso de uma marca registrada, visto que dessa forma evita-se a caducidade do registro, consequentemente, a perda dos direitos a ele inerentes. É crucial que se caracterizem os meios de prioridade e se estabeleçam suas disparidades, além de classificar e analisar no ordenamento brasileiro o uso anterior de boa-fé, a prioridade de uso e de registro e a prioridade unionista.

A Constituição da República assegura a proteção à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e outros signos distintivos da propriedade industrial, e prevê a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa, respaldada em princípios como a função social da propriedade, a livre concorrência e a defesa do consumidor, uma vez que o próprio legislador infraconstitucional buscou não somente a solução de litígios, mas principalmente, a proteção preventiva ao público consumidor.

Ademais, ao se registrar uma marca não se adquire apenas direitos, mas também responsabilidades, passando a ter direitos de propriedade sobre a marca, de modo que seu titular poderá usar, gozar, fruir e reivindicar direitos contra quem quer que esteja utilizando esse direito real incorpóreo de modo indevido ou sem a devida autorização, estendendo-se a proteção à possibilidade de seu titular ceder, licenciar o uso e por fim, zelar pela integridade material ou reputação da marca. A contraponto, os deveres que contrai estão relacionados com a obrigação do uso contínuo e permanente da marca.

A proteção e a propriedade no Sistema Atributivo só se dão com o registro da marca, em contrapartida, no Sistema Declarativo, que não é usual no Brasil, a propriedade se dá pelo pré-uso e ocupação da marca, mas há doutrinadores que acreditam que o Sistema adotado no país não seria nem Atributivo, exclusivo, nem Declarativo, mas sim misto já que a Lei de Propriedade Industrial tem defendido este posicionamento.

O direito de prioridade é assegurado no ordenamento jurídico brasileiro no âmbito do registro das marcas e assegura a possibilidade de prioridade ao pedido de registro depositado no Brasil. Ressalta-se que

o direito de prioridade serve para beneficiar aqueles que primeiro efetuam um depósito regular de marca em um país que mantenha acordo e reciprocidade com o Brasil, possuindo critérios específicos que devem ser seguidos para a obtenção de êxito. o de que devem ser seguidos para a obtenç

Enfim, vê-se que a Lei de Propriedade Industrial permite uma adaptação das normas às necessidades da atualidade, visando o melhor para o público consumidor em contraponto com o incentivo à economia e a iniciativa privada, acarretando dessa forma o melhor para a sociedade.

07 – BIBLIOGRAFIA:

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva.; MORAES, Rodrigo. *Propriedade Intelectual em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2008

BARBOSA, Denis Borges. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

BARCELOS, Milton Lucídio Leão. *Propriedade Industrial & Constituição: As Teorias Preponderantes e sua Interpretação na Realidade Brasileira*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007

BARROS, Carla Eugênia Caldas. *Manual de Direito da Propriedade Intelectual*. Acaraju: Evocati.

BRASIL, *Lei 9279/96 – Lei sobre a Propriedade Intelectual*, Brasília: Senado, 1996.

COELHO, Daniele Maia Teixeira. *Alguns Comentários Sobre o Usuário Anterior de Boa-Fé*. In: Revista ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, nº 88 de Maio/Junho de 2007. Rio de Janeiro, Ed. Garilli Gráfica, 2007

PETIT, Francesc. *Faça Você Uma Marca*. 4. ed. – São Paulo: Futura, 2006.

Qual o Tempo de Duração de um Registro de Marca?. <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/perguntas-frequentes/index.html-new-version#17>, acesso em 05 de agosto de 2009.

SOARES, José Carlos Tinoco. *Marcas X Nome Comercial – conflitos*. São Paulo, Jurídica Brasileira, 2000.

Titularidade e Direitos. http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/marca/pedido/oculto/copy_of_dirma_titularidade/?searchterm=vigência%20de%20marca, acesso em 05 de agosto de 2009.

[1] BARCELOS, Milton Lucídio Leão. *Propriedade Industrial & Constituição: As Teorias Preponderantes e sua Interpretação na Realidade Brasileira*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007, pp. 63.

[2] BARCELOS, Milton Lucídio Leão. *Op. Cit.*, pp. 64.

[3] BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília: Senado, 1996

[4] *Titularidade e Direitos*. *INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/marca/pedido/oculto/copy_of_dirma_titularidade/?searchterm=vigência%20de%20marca>. Acesso em: 05 de ago. 2009.

[5] *Titularidade e Direitos*. *INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial*, Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/marca/pedido/oculto/copy_of_dirma_titularidade/?searchterm=vigência%20de%20marca>. Acesso em: 05 de ago. 2009.

[6] ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva.; MORAES, Rodrigo. *Propriedade Intelectual em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2008.

[7] ALMEIDA, Custódio Armando Lito de. *Direito de Precedência no Registro de Marcas*, Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.abapi.org.br/artigofinal.asp=Sim&seção=Artigos¬ícia=5>>. Acesso em: 01 de set. 2009.

[8] SOARES, José Carlos Tinoco. *Marcas X Nome Comercial – conflitos*. São Paulo, Jurídica Brasileira, 2000, pp.103.

[9] *Op. cit.*, pp. 13 a 32, 2000.

[10] SOARES, José Carlos Tinoco. *Op. cit.*, pp. 37, 2000.

[11] SOARES, José Carlos Tinoco. *Op. cit.*, pp. 45, 2000.

[12] SOARES, José Carlos Tinoco. *Op. cit.*, pp. 49, 2000.

[13] SOARES, José Carlos Tinoco. *Op. cit.*, pp. 56, 2000.

[14] SOARES, José Carlos Tinoco. *Op. cit.*, pp. 64, 2000.

[15] SOARES, José Carlos Tinoco. *Op. cit.*, pp. 64, 2000.

[16] BARBOSA, Denis Borges. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003. pp 866.

[17] BARBOSA, Denis Borges. *Op. Cit.*, 2003. pp 867 e BRASIL, *Lei 9279/96 – Lei sobre a Propriedade Intelectual*, Brasília: Senado, 1996

[18] COELHO, Daniele Maia Teixeira. *Alguns Comentários Sobre o Usuário Anterior de Boa-Fé*. Rio de Janeiro, Ed. Garilli Gráfica, 2007.

[19] *Op. cit.*, pp. 67 e 68, 2007.

[20] *Op. cit.*, pp. 69, 2007

[21] *Qual o Tempo de Duração de um Registro de Marca?*. *INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial*, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/perguntas-frequentes/index.html-new-version#17>>. Acesso em: 05 de ago: 2009.

[22] BARBOSA, Denis Borges. *Op. cit.*, 2003. pp 892.

[23] BARBOSA, Denis Borges. *Op. Cit.*, 2003. pp 892.

[24] BARBOSA, Denis Borges. *Op. cit.*, 2003. pp 892 e 893.

[25] BARBOSA, Denis Borges. *Op. cit.*, 2003. pp. 823.

[26] BRASIL, *Lei 9279/96 – Lei sobre a Propriedade Intelectual*, Brasília: Senado, 1996.

[27] BARROS, Carla Eugênia Caldas. *Manual de Direito da Propriedade Intelectual*. Acaraju: Evocati, pp. 350.

[28] BARROS, Carla Eugênia Caldas. *Op. cit.*, pp. 350.

[29] *Op. cit.*, pp. 814.

[30] BARROS, Carla Eugênia Caldas. *Op. cit.*, pp. 350.

[31] BARROS, Carla Eugênia Caldas. *Op. cit.*, pp. 352.

[32] BARROS, Carla Eugênia Caldas. *Op. cit.*, pp. 352

[33] *Op. Cit.* pp. 352.

[34] *Op. cit.*, pp. 352